

Brasília, 23 de fevereiro de 2021

Carta Conjunta Kayapó e Munduruku ao Tribunal de Contas da União (TCU)

Ministra Ana Arraes
Presidente do Tribunal de Contas da União

Excelentíssima Senhora,

Nós, lideranças indígenas do povo Kayapó Menkragnoti, da bacia do rio Xingu, e do povo Munduruku, da bacia do rio Tapajós, viemos hoje até este Tribunal para defender o nosso direito de Consulta sobre o projeto da Ferrogrão, que é o objeto da Representação 037.044/2020-6 e que ainda será analisada por este Tribunal.

Nós tivemos de sair às pressas de nossas aldeias para vir até Brasília porque soubemos que a nossa Representação seria discutida hoje, dia 23 de fevereiro, e que a imprensa estava dizendo que ela já tinha sido arquivada sem nós escutar.

Vimos aqui para falar para a senhora e os demais senhores ministros que o Tribunal de Contas da União precisa cumprir com o seu dever de órgão de controle e impedir a continuidade de um projeto que desrespeita os direitos dos povos indígenas.

O Tribunal de Contas da União tem uma grande responsabilidade nas suas mãos, não pode decidir às pressas e muito menos sem antes escutar a todas as partes. O projeto de concessão da Ferrogrão é de 69 anos, um erro na sua avaliação pode comprometer muitas gerações. As decisões têm que ser tomadas com calma e tempo suficiente para escutar a todos os envolvidos, principalmente aos povos indígenas e as comunidades tradicionais das bacias dos rios Xingu e Tapajós onde se pretende instalar a ferrovia, e todas as outras obras que a complementam como a portos, hidrovias e estradas entre outras.

Nós temos o direito de sermos consultados sobre o projeto da Ferrogrão, sobre sua viabilidade econômica, social e ambiental, antes de sua licitação e de seu licenciamento ambiental. Os impactos dessa ferrovia e das demais obras a ela associadas envolvem impactos regionais que afetam nossos territórios, florestas, rios e, por tanto, nossa própria forma de viver. O governo ainda não cumpriu com sua obrigação de demarcação e homologação de nossos territórios.

O próprio governo já reconheceu sua obrigação de nos consultar e fez a promessa em 2017 de que só enviaria o processo da Ferrogrão para o TCU somente depois de nos consultar.

O Tribunal de Contas da União precisa garantir que os processos de concessão respeitem as leis e os direitos dos brasileiros. Os projetos de infraestrutura do governo têm que cumprir com o direito de consulta dos povos indígenas desde a fase de planejamento, e

não depois da licitação dos projetos, ou apenas no contexto do licenciamento ambiental para discutir medidas de mitigação e compensação.

Sabemos que temos direito a participar das decisões públicas capazes de transformar nossos territórios e nossas vidas, queremos que o TCU faça valer nosso direito e não aceite que o governo avance na concessão da ferrogrão sem nos consultar.

Os povos indígenas no Brasil já foram muito ofendidos por obras de infraestrutura decididas unilateralmente sem nos escutar. Nós não vamos aceitar mais esse tratamento e não aceitamos que o projeto da Ferrogrão continue dessa forma. Contamos com o bom senso do Tribunal em respeitar corretamente os direitos dos povos indígenas.

Atenciosamente,

Tradução para o inglês:

**Joint Letter of the Kayapó and Munduruku People to the Federal Accounting Court
(Tribunal de Contas da União - TCU)**

Minister Ana Arraes
President of the Federal Accounting Court

Your Excellency,

We, indigenous leaders of the Kayapó Menkragnoti people of the Xingu river basin, and the Munduruku people of the Tapajós river basin, have come today to this Court to defend our right to consultation about the Ferrogrão railroad project, which is the object of a petition (Representation 037.044 / 2020-6) that will still be analyzed by this Court.

We had to leave hurriedly from our villages to come to Brasilia because we knew that our petition would be discussed today, February 23rd, and that the press was saying that it had already been shelved without listening to us.

We came here to tell you and the other ministers that the Federal Accounting Court needs to fulfill its duty as a controlling body and prevent the continuation of a project that disrespects the rights of indigenous peoples.

The Federal Accounting Court has a great responsibility in its hands; it cannot decide in a hurry and much less without first listening to all parties. The concession for Ferrogrão would last 69 years, so an error in its evaluation can compromise many generations. Decisions must be made calmly and with sufficient time to listen to everyone involved, especially the indigenous peoples and other traditional communities of the Xingu and Tapajós river basins

where the railway is slated to be installed along with related projects, such as ports, waterways and roads, among others.

We have the right to be consulted about the Ferrogrão project, its economic, social and environmental feasibility, prior to its bidding and environmental licensing. The impacts of this railroad and the other works associated with it involve regional impacts that affect our territories, forests, rivers and, therefore, our very way of life. The government has not yet fulfilled its obligation to demarcate and formally register our territories.

The government itself has already recognized its obligation to consult us and made a promise in 2017 that it would only submit documentation to the TCU to authorize Ferrogrão after consulting with us.

The Federal Accounting Court must ensure that concession procedures respect the laws and rights of Brazilians. Government infrastructure projects must comply with the right to consultation of indigenous peoples, beginning with the planning stage, and not after the bidding for projects, nor merely in the context of environmental licensing to discuss mitigation and compensation measures.

We know that we have the right to participate in public decisions capable of transforming our territories and our lives; we want the TCU to assert our right and not accept that the government advances in the concession of the Ferrogrão railroad without consulting us.

Indigenous peoples in Brazil have already been very offended by unilateral decisions on infrastructure projects without listening to us. We will no longer accept this treatment and we don't accept that the Ferrogrão project continues in this way. We rely on the Court's good sense to properly respect the rights of indigenous peoples.

Sincerely,